

q u e s t õ e s d e
Democracia

A SEPARAÇÃO dos poderes e os mecanismos de controle e equilíbrio, proporcionados pela Constituição dos Estados Unidos, entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, estão entre as características mais marcantes e valiosas da democracia americana. Tais características garantem não apenas a independência do judiciário, como também o seu extraordinário poder. Essa idéia remonta à Grécia antiga, e foi articulada em tempos mais recentes pelo filósofo britânico John Locke e

e a Constituição, se for preciso, pode receber emendas.

O funcionamento do sistema dos tribunais americanos é escrito em um artigo da professora Toni M. Fine, diretora-associada do Programa Global de Advocacia [Global Law School Program] na Faculdade de Direito da Universidade de Nova York [New York University School of Law]. Ela fala sobre a diferença entre os tribunais federais e estaduais, sobre o papel dos tribunais administrativos e do sistema de recursos, de importância capital, que pode passar por tribunais especiais de recursos em vários níveis diferentes, e pode, às vezes, chegar até a Suprema Corte dos Estados Unidos, que, no sistema americano, tem poder final de decisão sobre questões jurídicas e constitucionais.

O sistema americano de justiça é, essencialmente, um processo em que há um confronto. O sistema se baseia na crença de que a verdade tem maior probabilidade de aparecer quando os dois lados — a defesa e a acusação — podem apresentar a sua causa de forma veemente a um júri, em conformidade com normas imparciais que regem as provas, perante um juiz isento. Essas são funções claras e distintas, que são exploradas em uma série de entrevistas com um promotor assistente, um defensor público, um advogado e um juiz, conduzidas pelos nossos colaboradores Stuart Gorin e Bruce Carey.

Há dois tipos, bem distintos, de julgamentos no sistema americano — civil e criminal. As normas para cada um deles, as responsabilidades

do tribunal e os direitos dos réus, diferem consideravelmente. E. Osborne Ayscue, Jr., advogado de processo civil e atual presidente da Associação Americana de Advogados de Processo [American College of Trial Lawyers], explica essas diferenças, na sua descrição de um julgamento civil e de um julgamento criminal. A título de ilustração, ele cita exemplos de alguns casos famosos, conhecidos no mundo inteiro.

Uma componente essencial do sistema jurídico dos Estados Unidos é a noção de direito comum ou direito consuetudinário (leis que podem ou não ser escritas), em comparação com o direito civil, que é, basicamente, composto por códigos escritos. O juiz Peter J. Messitte, do Juízo Federal de Primeira Instância de Maryland, explica a tradição de direito comum, da forma como foi passada da Grã-Bretanha, o poder colonial, para o novo governo americano.

Nenhum sistema de tribunal pode funcionar de maneira justa ou eficaz sem incorporar salvaguardas para assegurar, na medida do possível, os mais elevados padrões éticos para juizes, advogados e outros atores envolvidos no processo. Seu senso de justiça, profissionalismo e integridade são absolutamente essenciais para que haja confiança e apoio por parte do públi-

Desde os primórdios da república, a função dos



O funcionamento desses sistemas é complicado pelo fato de que as leis têm muitas origens, e

Estados Unidos, entrando com um recurso contra a decisão, alegando que a mesma fere a Constituição ou a Lei Federal, (quando os tribunais das instâncias inferiores tiverem tomado decisões sobre o caso e houver desacordo em seus pareceres). No entanto, todas essas medi-

|

|

Os Participantes do Processo Jurídico

Stuart Gorin e Bruce Carey

Além do réu em um julgamento, há outros participantes que trazem suas perspectivas exclusi-

○ Promotor

OS PROMOTORES FEDERAIS dividem seus casos em duas grandes categorias — os reativos e os pró-ativos — diz a procuradora assistente dos Estados Unidos Rosa Rodriguez Mera, cujas atribuições incluem exercer a função de promotora em casos relacionados a narcóticos na região sul da Flórida.

"Os casos reativos são instantâneos: por exemplo, um crime que ocorreu no aeroporto, relacionado com drogas", diz Rodrigues Mera. Nos casos pró-ativos, que podem levar muito tempo para serem solucionados, há muito trabalho de investigação que é feito antes de ser efetuada uma prisão. Nesses tipos de casos, geralmente se trabalha em regime de cooperação com algum órgão do governo federal, como a Agência de Repressão a Entorpecentes [Drug Enforcement Administration], a Polícia Federal dos Estados Unidos [Federal Bureau of Investigation] e a Alfândega dos Estados Unidos [U.S. Customs Service], acrescenta

Rodriguez Mera. Quando os promotores entrevistam testemunhas dos órgãos de segurança, ela diz, os agentes têm que explicar, por exemplo, como foi feita a vigilância. Além disso, as fitas e as transcrições são estudadas, em conjunto com testemunhas que estão fornecendo informações e que estarão depondo no caso.

Em qualquer um desses eventos, diz Rodrigues Mera, "a função da promotoria federal é levar a julgamento os casos de violação da legislação federal".

A partir do momento em que um crime



presentes e nos documentos e argumentações
entre as partes, que ocorrem no tribunal.

A seleção de um júri de pessoas comuns é,
a rigor, um processo aleatório, Mayo continua.
Os escriturários dos sistemas de tribunais



ltn-79bservar o que está acontecendo". Ela acres-

Em conformidade com a Constituição, os Estados
Unidos possuem dois sistemas de tribunais distintos —

juízo. Mas há diferenças importantes em termos de procedimentos, entre os julgamentos civis e criminais:

— Acusação. A especificação da reivindicação ou acusação é mais precisa e detalhada em um caso criminal.

— Averiguação. A capacidade de ambos

incli o direito de ter um advogado nomeado

for inocente, os trabalhos são concluídos e o réu está livre. No caso de um réu que é considera-

entrou com a ação no tribunal errado ou que o réu não foi devidamente notificado do caso em questão.

A próxima fase é um amplo "processo de averiguação", que, normalmente, não envolve o tribunal. Uma parte que estiver procurando fazer averiguações, no entanto, pede ajuda do tribunal para obrigar um adversário relutante, ou outra pessoa, a fornecer informações. Da mesma forma, uma parte que estiver sendo alvo de uma averiguação que não seja razoável, pode solicitar a proteção do tribunal.

A averiguação pode incluir: perguntas por escrito, a serem respondidas sob juramento;

severa, ela é consideravelmente menos punitiva do que a sentença de prisão perpétua que Simpson teria de enfrentar se tivesse sido considerado culpado no julgamento criminal. Simpson foi condenado por unanimidade no caso civil, mas em conformidade com a legislação da Califórnia, ele poderia ter sido condenado por má decisão de 9 a 3. No julgamento criminal, no entanto, um veredicto por unanimidade era necessário.

Além de indenizações, as penalidades civis podem incluir ordens para que uma parte faça ou deixe de fazer alguma coisa, ou alguma

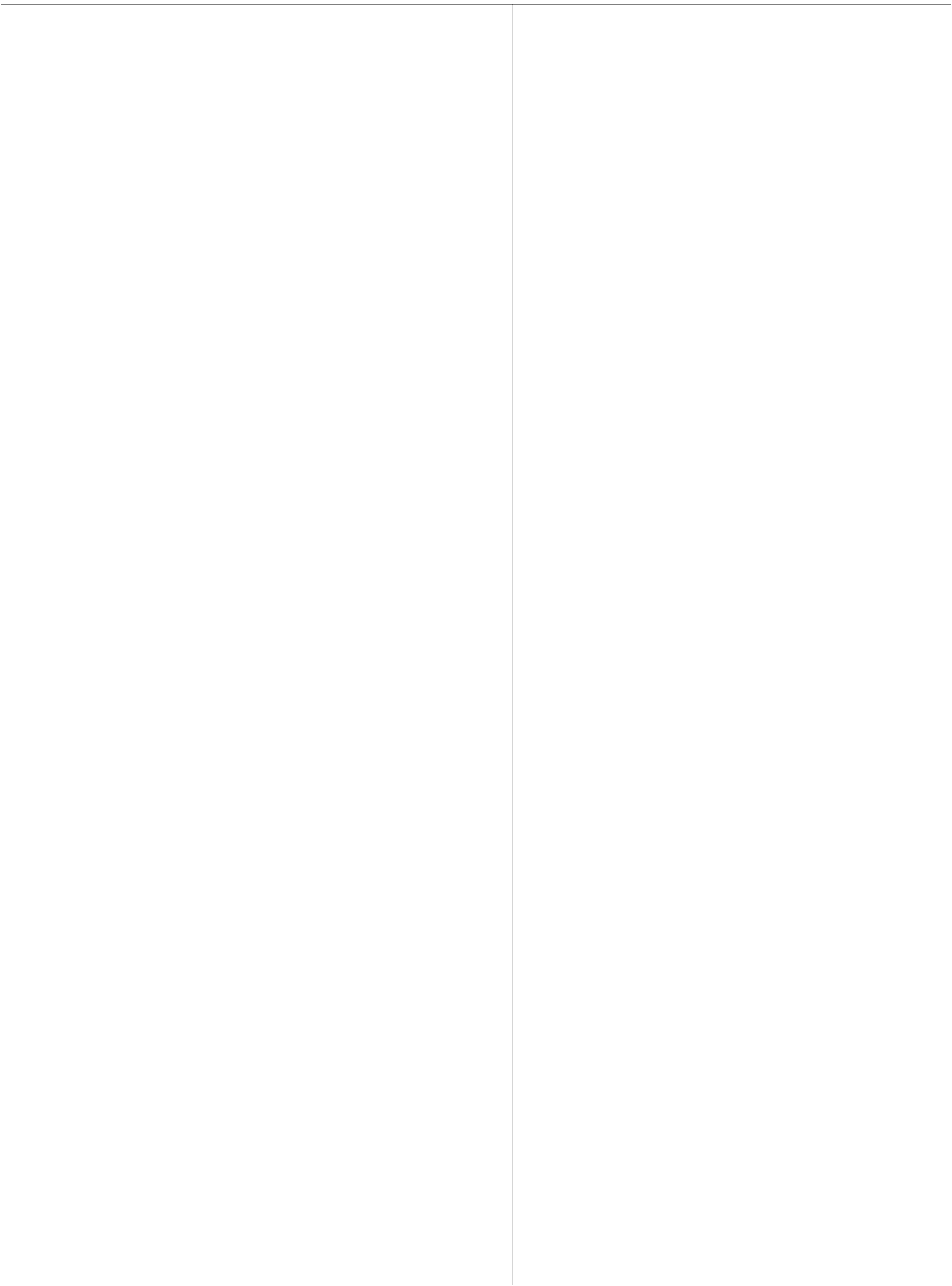
A independência do judiciário é uma marca registrada do sistema legal americano. Na condição de compo-

similares, as vantagens que resultam quando uma questão é decidida, e isso influencia todos

se tornado indesejável. Mas de modo geral, os

o julgamento, enquanto juiz age, basicamente, como um árbitro. Os depoimentos são registrados,





como qualquer outra testemunha, apresentar, às autoridades que estão conduzindo as investigações, todos os fatos que forem do seu conhecimento.....

PERGUNTA: *O código de conduta jurídica do seu país determina que "Os juízes podem escrever, fazer conferências, dar aulas e falar sobre assuntos não legais e se envolver em artes, esportes e outras atividades sociais e recreativas, mas tais atividades não devem entrar em conflito com a função judicial." Tj3060.027nossodtribunalgaisquisís assuass e se envol podem*

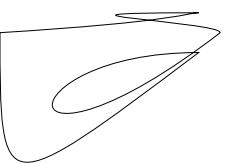
oafetalar

os sistemas de escolas segregadas. Quando a ação de Topeka chegou à Suprema Corte, a segregação racial era a norma, não a exceção,



Law] em Pittsburgh, Pensilvânia.

É importante observar, ele acrescenta, que a Suprema Corte contou com a cláusula de proteção eqüitativa da Décima-Quarta Emenda da Constituição dos Estados Unidos, ao apresentar



pode decidir sobre ele, tendo como base as petições apresentadas por ambos os lados, ou pode agendar um debate formal durante uma sessão da Corte. O debate formal permite uma apresentação mais detalhada do processo, embora nenhuma nova prova concreta possa ser apresentada. Às vezes a Corte convida um "amicus curiae" [amigo da corte ou terceiro interessado] que demonstra um interesse plausível na disputa e apresenta argumentos diferentes daqueles apresentados pelos litigantes.

Quando a Corte decide julgar um caso, é necessário que pelo menos seis dos nove juizes da Suprema Corte estejam presentes. Quando todos os argumentos tiverem sido ouvidos, os nove juizes se reúnem em partic-



Commission on the Bicentennial of the United
States Constitution

Rehnquist, William H.

quês t õ e s d e



S E T E M B R O D E 1 9 9 9

VOLUME 4 NÚMERO 2